



CIDADES MÉDIAS DO INTERIOR DO NORDESTE: RUMOS E RELEVÂNCIA NA ATRAÇÃO DE MIGRANTES

Autores:

SILVANA NUNES DE QUEIROZ - Universidade Regional do Cariri (URCA) e -
silvanaqueirozce@yahoo.com.br

RICARDO OJIMA - UFRN - ricardo.ojima@gmail.com

JÁRVIS CAMPOS - UFRN - jarviscps@gmail.com

WILSON FUSCO - FUNDAJ e UFRN - wilson.fusco67@gmail.com

Resumo:

No Brasil o debate sobre cidades médias ganha destaque quando a população urbana suplanta a rural nos anos 1970 e as metrópoles começam a desconcentrar a população e redistribuí-la pelo entorno metropolitano e interior dos estados a partir da década de 1980. Assim, esse trabalho objetiva saber quantas são, onde estão localizadas no interior do Nordeste e a relevância dessas cidades na atração de migrantes. Foram utilizados os microdados do Censo Demográfico 2010, precisamente o quesito data fixa que pergunta ao migrante o lugar de residência cinco anos antes da data de referência da pesquisa. Os resultados mostram que apesar maioria das cidades apresentarem perda populacional para os rumos distantes (inter-regional), grande parte é relevante na atração intrarregional e, notadamente, intraestadual, que exercem o papel de desconcentrar a população das metrópoles. Os principais rumos dos migrantes foram Caruaru (PE), Petrolina (PE) e Mossoró (RN). Por outro lado, as cidades que apresentaram maiores saldos migratórios negativos foram Imperatriz (MA), Itabuna (BA) e Ilhéus (BA). Ademais, através da revisão da literatura e dos dados levantados pelo estudo, constata-se que a definição de cidade média baseada no critério tamanho populacional não é o mais indicado para um país com dimensões continentais e em distintos estágios de desenvolvimento.

CIDADES MÉDIAS DO INTERIOR DO NORDESTE: RUMOS E RELEVÂNCIA NA ATRAÇÃO DE MIGRANTES¹

Silvana Nunes de Queiroz (URCA e UFRN/PPGDem)
silvanaqueirozce@yahoo.com.br

Ricardo Ojima (UFRN/PPGDem)
ricardo.ojima@gmail.com

Járvis Campos (UFRN/PPGDem)
jarviscps@gmail.com

Wilson Fusco (FUNDAJ e UFRN/PPGDem)
wilson.fusco67@gmail.com

RESUMO

No Brasil o debate sobre cidades médias ganha destaque quando a população urbana suplanta a rural nos anos 1970 e as metrópoles começam a desconcentrar a população e redistribuí-la pelo entorno metropolitano e interior dos estados a partir da década de 1980. Assim, esse trabalho objetiva saber quantas são, onde estão localizadas no interior do Nordeste e a relevância dessas cidades na atração de migrantes. Foram utilizados os microdados do Censo Demográfico 2010, precisamente o quesito data fixa que pergunta ao migrante o lugar de residência cinco anos antes da data de referência da pesquisa. Os resultados mostram que apesar maioria das cidades apresentarem perda populacional para os rumos distantes (inter-regional), grande parte é relevante na atração intrarregional e, notadamente, intraestadual, que exercem o papel de desconcentrar a população das metrópoles. Os principais rumos dos migrantes foram Caruaru (PE), Petrolina (PE) e Mossoró (RN). Por outro lado, as cidades que apresentaram maiores saldos migratórios negativos foram Imperatriz (MA), Itabuna (BA) e Ilhéus (BA). Ademais, através da revisão da literatura e dos dados levantados pelo estudo, constata-se que a definição de cidade média baseada no critério tamanho populacional não é o mais indicado para um país com dimensões continentais e em distintos estágios de desenvolvimento.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

CIDADES MÉDIAS DO INTERIOR DO NORDESTE: RUMOS E RELEVÂNCIA NA ATRAÇÃO DE MIGRANTES

INTRODUÇÃO

A França é pioneira nos estudos sobre cidade média já na década de 1950, preocupação norteadada pelos desequilíbrios regionais, acelerada urbanização de Paris e desorganização do espaço (CONTE, 2003). Ao longo da década de sessenta elabora o conceito de cidade média e o seu papel, que estão presentes no VI Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (1971-1976), que tinha como um dos objetivos desconcentrar a atividade econômica e populacional das grandes metrópoles (COSTA, 2002).

No referido plano é mencionado a intenção de criar uma política voltada para as cidades médias receberem investimentos, atrair migrantes e manter a população no local de nascimento, através da geração de empregos em cidades interioranas dotadas de certa infraestrutura. Assim, a França amplia a rede urbana através da rede de cidades médias que passam a ter papel fundamental na reordenação do espaço e complementariedade de funções com as metrópoles (Lajugie; Delfaud; Lacour, 1979), a partir de uma distribuição mais equilibrada da riqueza e da população.

Na literatura brasileira a preocupação com a função das cidades médias se inicia ainda nos anos 1950 (Conte, 2003), com o crescimento no volume das migrações de longa distância procedentes do rural da região Nordeste e do estado de Minas Gerais para o urbano-industrializado das metrópoles mais desenvolvidas do país (São Paulo e Rio de Janeiro) (Brito, 1999), que apresentam elevada taxa de crescimento populacional e rapidamente se urbanizam (MARTINE; CAMARGO, 1984).

Mas a discussão ganha destaque na década de 1970, quando a população urbana suplanta a rural (OLIVEIRA; SOARES, 2014). No Brasil, assim como no caso francês, a reflexão sobre cidade média e o seu papel, em certa medida, é fruto de um plano de governo adotado entre 1975-1979, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), considerado um marco na política urbana nacional (STEINBERGER; BRUNA, 2001)

Inicialmente o debate sobre a função desempenhada pelas cidades médias é pensado para as localizadas em áreas metropolitanas, que adquirem importância intermediária na hierarquia das grandes metrópoles, 'principalmente na estruturação do modo de vida das pessoas e na própria organização do tecido urbano-metropolitano' (MARANDOLA JR., 2010, p.203).

O entorno das grandes metrópoles nacionais ganham relevância como absorvedora de parte da população migrante, principalmente a classe trabalhadora assalariada, que devido ao alto custo da habitação nas capitais residem distante do local de trabalho,

praticando cotidianamente o deslocamento pendular, com algumas cidades médias situadas nas metrópoles adquirindo o status de cidades-dormitório (OJIMA; MARANDOLA JR., 2012).

Sposito (2004) aponta que a partir da década de 1970 o mercado de terras e de imóveis urbanos no estado de São Paulo cresce, se diversifica e encarece. Com isso, a paisagem urbana se altera, a periferação da metrópole se amplia, diferencia e segrega os espaços e as pessoas, que adquirem novas práticas socioespaciais. Nesse sentido, a fragmentação do território se dá através da expansão horizontal ou urbanização extensiva das áreas centrais/capitais que passam a ter crescimento populacional menor do que as cidades no entorno metropolitano (VITTE, 2010).

Paralelamente ao inchaço populacional das grandes metrópoles brasileiras e o encarecimento do solo urbano, durante a execução do II PND (1975-1979) o crescimento do país foi acompanhado por uma explícita política industrializante e ao mesmo tempo descentralizadora do Sudeste em direção à periferia nacional (NEGRI, 1992).

Algumas capitais do Nordeste e cidades do interior receberam investimentos por meio do complexo minero-metalúrgico (Maranhão), exploração de fertilizantes (Sergipe), produção de barrilha (Rio Grande do Norte), polo têxtil e de confecções (Fortaleza), polo agroindustrial (Petrolina-PE/Juazeiro-BA), polo de fruticultura (Açu/Mossoró-RN), polo petroquímico (Camaçari-BA) e a nova fronteira agrícola de grãos (Barreiras-BA, sul do Maranhão e oeste do Piauí). Diante desse cenário, de um lado, o Nordeste passa a integrar e combinar uma modernização intensa com estruturas tradicionais na própria região e, do outro lado, se integra com as regiões mais desenvolvidas e industrializadas do país (BACELAR, 2002; ALENCAR JUNIOR, 2003).

Portanto, com o II PND (segundo quinquênio da década de 1970) e com a “guerra fiscal” e/ou política de incentivos fiscais adotadas pelos governadores do Nordeste no final dos anos 1980 e início da década de 1990 (Queiroz; Costa Junior, 2008), tem-se a expansão e a formação de mercados regionais que arrefecem, em certa medida, o distanciamento econômico entre as regiões, através da interiorização do desenvolvimento, sendo que no bojo dessas medidas ‘as cidades médias estavam presentes em todas essas estratégias regionais’ (STEINBERGER; BRUNA, 2001, p.43-44). Por sua vez, a partir da década de 2000 ganha destaque a interiorização do ensino técnico e superior, que modifica a relação e a dinâmica das cidades médias nordestinas com as capitais, ao possibilitar o arrefecimento da desigualdade social e econômica entre metrópole e interior (BACELAR, 2014; FUSCO, OJIMA, 2016).

Assim, a tendência de crescimento das cidades médias passa a ser observado não somente nas metrópoles nacionais, regionais ou entorno metropolitano, mas em cidades distantes dos grandes centros urbanos, localizadas no interior do país (Baeninger, 1999), que também vivenciam um rápido e intenso processo de urbanização e concentração populacional (MARTINE, 1994).

Diante desse contexto e dado que até o presente momento não há estudo sobre a migração do e para as cidades médias localizadas no interior do Nordeste, esse trabalho tem como objetivo analisar essa dinâmica a partir de três fluxos: inter-regional (longa distância),

intrarregional (média distância) e intraestadual (curta distância), e saber quem ganha ou quem perde migrante e/ou são relevantes ou não na atratividade populacional. Os microdados do Censo Demográfico 2010 é a principal fonte de dados utilizada.

Além dessa introdução o trabalho conta com mais quatro seções. A segunda discute, brevemente, o conceito de cidade média a partir da dimensão quantitativa (tamanho populacional), e descreve algumas características e especificidades das trinta cidades médias situadas no interior do Nordeste que são o foco desse estudo. A terceira seção apresenta os materiais e métodos adotados para o alcance dos objetivos propostos. A quarta seção trata dos resultados e principais achados sobre a dinâmica migratória nas cidades em análise. E a quinta seção traz as considerações finais.

CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS

Essa seção tem como objetivo refletir brevemente sobre a adoção de um único critério demográfico para classificar cidade média segundo o tamanho populacional. Precisamente procura-se debater até que ponto o recorte populacional (100 até 500 mil habitantes) definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) se enquadra com a realidade brasileira, marcada por diferenças regionais, territorial, populacional, densidade demográfica, grau de urbanização, ocupação, povoamento e estágios de desenvolvimento distintos.

Além disso, dado que o objetivo principal desse trabalho é analisar a migração inter-regional (longa distância), intrarregional (média distância) e intraestadual (curta distância) do e para as cidades médias do interior do Nordeste e saber quem ganha ou perde migrante e/ou são relevantes ou não na atratividade populacional. Inicialmente, faz-se necessário mostrar a quantidade de cidades, quem são, onde estão localizadas, crescimento populacional e refletir sobre a validade do critério baseado no número de habitantes para classificá-las ou não como cidade média.

O Debate Sobre o Critério Demográfico (tamanho populacional)

Segundo Soares (1999) o critério demográfico do tamanho populacional para conceituar cidade média é o mais cômodo, o caminho mais rápido e simples, mas estar incompleto ao não levar em consideração as características urbana, geográfica, econômica, social, política e cultural de cada espaço/região/país. Para Costa (2002, p.105) o nome cidades média 'muito embora tenha implícita uma noção de dimensão física e populacional, enferma das mesmas dificuldades que a definição de cidade'.

Entretanto, Souza et al. (2007) aponta que apesar da complexidade na definição teórica de cidade média, inúmeros países, em diversas partes do mundo, além de órgãos governamentais, partem do critério demográfico, precisamente do tamanho populacional. Na Tabela 1 fica evidente essa assertiva, dado que o critério quantitativo é adotado em distintas partes do globo, com uma gama de limites populacionais.

Contudo, essa medida demográfica é questionável para o Brasil. Sabendo que os países da Europa e da América do Sul têm dimensão territorial e o quantitativo populacional inferior ao brasileiro, observa-se que Alemanha, Argentina, Reino Unido, Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas (ONU) definem cidade média com um limite superior ao adotado no Brasil; Estados Unidos e União Europeia tem limite superior semelhante; e os demais países usam um limite superior bastante longínquo do caso brasileiro, girando em torno de 100 mil habitantes. A comparação entre esses países e o Brasil mostra que a insuficiência do critério demográfico para medir cidade média a partir do tamanho populacional é um problema mundial, dado que parece não haver consideração sobre a escala de análise e heterogeneidade entre os espaços, não havendo consenso sobre o conceito.

Tabela 1 – Classificação de cidade média por faixa de tamanho populacional

PAÍS	População
Alemanha	150.000-600.000
Argentina	50.000-1.000.000
Brasil	100.000-500.000
Dinamarca	< 100.000
Espanha	30.000-130.000
Estados Unidos	200.000-500.000
França	20.000-100.000
Grécia	10.000-100.000
Irlanda	50.000-100.000
Itália	50.000-300.000
Paquistão	20.000-100.000
Portugal	20.000-100.000
Reino Unido	150.000-600.000
Suécia	50.000-200.000
União Europeia	20.000-500.000
ÓRGÃO	População
Banco Mundial	Até 1.000.000
ONU	100.000-3.000.000

Fonte Souza et al. (2007, p.7).

Em um país com dimensões continentais, que possui o Amazonas com grande extensão territorial (1.571.000 Km²) e o Sergipe com somente 21.190 Km², ou o município de Altamira no Pará (159.533 km²) que é maior do que o Distrito Federal e onze estados do Brasil, conjugado com as gritantes diferenças na rede urbana, nível de desenvolvimento econômico, social, demográfico, cultural e raio de influência, faz-se necessário incorporar outras dimensões nessa escala e/ou medida e conseqüentemente no conceito.

Apesar de consciente desse problema, é importante frisar que esse estudo adota a dimensão demográfica/populacional na classificação de cidade média, para ratificar que essa medida não é a ideal. Com isso, em outro trabalho será proposto uma tipologia que considera as especificidades das cidades, a partir da Unidade da Federação no qual faz parte e influência ou raio de polarização no espaço no qual está inserida, além de outros indicadores.

Crescimento das Cidades Médias do Interior do Nordeste

Com relação ao número de cidades médias do interior Nordeste, estas passam de vinte e quatro em 2000 para trinta em 2010. Sete migraram para esse porte (duas no Maranhão - Açailândia e Bacabal; uma no Ceará – Itapipoca; uma na Paraíba – Patos; e três na Bahia - Eunápolis, Paulo Afonso e Porto Seguro) ao passo que Feira de Santana deixa figurar nessa condição ao ascender para a classificação de cidade de grande porte. Com isso, a Bahia possui mais cidades médias do interior do Nordeste (11) e Sergipe não apresenta nenhuma (Tabela 2).

Tabela 2 – População total e taxa geométrica de crescimento anual da população - Cidades médias do interior do Nordeste – 2000 e 2010

UF	Cidade	Pop. 2000	Pop. 2010	Tx. cresc. pop. (%)
MA	Açailândia	88.320	104.047	1,65
MA	Bacabal	91.823	100.014	0,86
MA	Caxias	139.756	155.129	1,05
MA	Codó	111.146	118.038	0,60
MA	Imperatriz	230.566	247.505	0,71
MA	Timon	129.692	155.460	1,83
PI	Parnaíba	132.282	145.705	0,97
CE	Crato	104.646	121.428	1,50
CE	Itapipoca	94.369	116.065	2,09
CE	Juazeiro do Norte	212.133	249.939	1,65
CE	Sobral	155.276	188.233	1,94
RN	Mossoró	213.841	259.815	1,97
PB	Campina Grande	355.331	385.213	0,81
PB	Patos	91.761	100.674	0,93
PE	Caruaru	253.634	314.912	2,19
PE	Garanhuns	117.749	129.408	0,95
PE	Petrolina	218.538	293.962	3,01
PE	Vitória de S. Antão	117.609	129.974	1,00
AL	Arapiraca	186.466	214.006	1,39
BA	Alagoinhas	130.095	141.949	0,88
BA	Barreiras	131.849	137.427	0,42
BA	Eunápolis	84.120	100.196	1,76
BA	Jequié	147.202	151.895	0,31
BA	Juazeiro	174.567	197.965	1,27
BA	Ilhéus	222.127	184.236	-1,85
BA	Itabuna	196.675	204.667	0,40
BA	Paulo Afonso	96.499	108.396	1,17
BA	Porto Seguro	95.721	126.929	2,86
BA	Teixeira de Freitas	107.486	138.341	2,56
BA	Vitória da Conquista	262.494	306.866	1,57
População Cidades Médias		4.532.109	5.328.394	1,63
Nordeste		47.693.253	53.081.950	1,08
Brasil		169.590.693	190.755.799	1,18

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010.

Faz-se necessário lembrar que a Bahia é o estado mais extenso e o mais habitado da região Nordeste (14.016.906 pessoas em 2010) enquanto Sergipe é o menor e o menos populoso (2.068.017 pessoas em 2010). Portanto, é preciso relativizar a dimensão quantitativa, não faz sentido Sergipe adotar a mesma medida populacional (100 até 500 mil pessoas) que as demais Unidades da Federação, pois são estados com particularidades, dentre estas a dimensão do seu território.

Tomamos como exemplo Lagarto, na mesorregião do Agreste Sergipano, que não entrou no rol de cidades médias dado que no Censo Demográfico 2010 conta com 94.861 habitantes. Mas Lagarto é a terceira maior cidade do Sergipe enquanto Campinas com 1.081.113 de habitantes também ocupa esse posto em São Paulo. Ao levar em consideração as características e especificidades de cada estado é possível que o papel desempenhado por Lagarto na sua área de influência seja tão relevante quanto Campinas na sua região. E mais, é provável que cidades do estado de São Paulo com o mesmo tamanho populacional de Lagarto não se destaquem e não tenham a importância que o município sergipano. Então, um passo essencial é relativizar a métrica quantitativa do tamanho populacional que, sozinho, não dá conta de definir o conceito de cidade média, e considerar, por exemplo, o raio de influência que uma cidade exerce na sua localidade.

Dantas (2014) estuda com profundidade e em detalhes a cidade de Pau dos Ferros, no estado do Rio Grande do Norte que, em 2010, conta com 27.745 habitantes, não sendo classificada como cidade média, mas nas palavras da autora exerce o papel. '[...] a despeito de um contingente populacional pequeno, Pau dos Ferros vem desempenhando na rede urbana do Nordeste e do Rio Grande do Norte as funções de cidade média, particularmente, na oferta dos serviços de educação superior e saúde' [...] (DANTAS, 2014, p. 8). Ainda segundo Dantas, Clementino e França (2015):

Como exemplos, podemos citar, além de Pau dos Ferros no Rio Grande do Norte, as cidades de Cajazeiras e Sousa na Paraíba; as três na raia divisória RN-PB-CE. [...] Essas cidades têm assumido funções de intermediação na rede urbana do Nordeste, especialmente na oferta de ensino superior e saúde, além da oferta de empregos no comércio e nos serviços públicos e privados; são cidades integradas e/ou com possibilidades de integração à dinâmica da urbanização regional, podendo, portanto, serem consideradas "cidades médias" ou "cidades intermediárias" (DANTAS; CLEMENTINO; FRANÇA, 2015, p.145-146).

Depois dessas reflexões e questionamentos sobre a definição de cidade média baseada no critério quantitativo, em 2000, as vinte e quatro cidades do interior do Nordeste comportam 4.532.109 habitantes e, em 2010, as trinta passam a agregar 5.328.394 milhões, com crescimento anual de 1,63%, superando a média nacional e regional, ratificando o que aponta Bacelar (2014):

Outra mudança importante foi observada nas cidades médias do Nordeste, que passaram a crescer com mais intensidade. O último Censo

Demográfico registra que elas são as que mais ganham peso relativo na população total do país, e tal fenômeno também é nordestino. [...] esta é uma mudança muito importante, porque poderia representar uma chance de construir, no século XXI, cidades livres das mazelas que marcaram o século XX, se houvesse planejamento e investimento adequados. (BACELAR, 2014, p.551).

Dentre as cidades em estudo, Petrolina (3,01% a.a.) se destaca com a maior taxa de crescimento anual da população e, por outro lado, Ilhéus (-1,85%) figura com a menor. No Maranhão dois municípios também crescem acima da média do país e do Nordeste; no Ceará foram quatro; no Rio Grande do Norte um; na Paraíba nenhum; em Pernambuco dois; Alagoas um e a Bahia se destaca novamente com seis.

O crescimento populacional de Petrolina é devido, em parte, a sua expressiva atratividade migratória intrarregional e intraestadual (Tabelas 5 e 6), motivado pelo desempenho econômico puxado pela fruticultura irrigada (Pereira, 2012), e um setor de serviço e comércio amplo e diversificado (SOBEL; ORTEGA, 2007). Na área de saúde e educação também exerce influência sobre um grupo de cidades (PEREIRA, 2012). Conta com a Embrapa, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), aeroporto e Universidades. A partir dos anos 2000 aumentou a capacidade de criar empregos formais, ao receber elevados investimentos com o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), através de obras importantes como a Ferrovia Transnordestina e a Transposição do Rio São Francisco (ARAÚJO, 2017).

Em contrapartida, Ilhéus atravessa dinâmica oposta, com atrofia populacional e econômica. Com uma economia dependente do cacau, grande geradora de empregos, com a 'crise da vassoura de bruxa' ou crise da economia cacauzeira durante a década de 1980, passou de uma cidade historicamente conhecida pela atração de migrantes internacionais e nacionais para área de expulsão (Santana et al., 2014), conforme será discutido na próxima seção, com reflexo na taxa de crescimento populacional (Tabela 2).

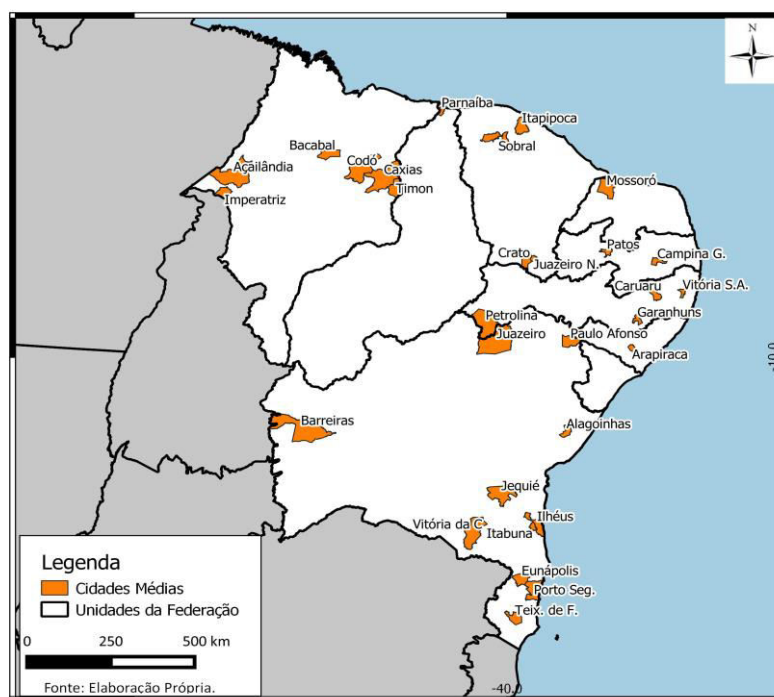
MATERIAIS E MÉTODOS

Recorte Espacial e Fonte de Dados

Ao adotar a definição do IBGE que classifica cidade média com população de 100 até 500 mil habitantes, o interior nordestino possui trinta em 2010 (Mapa 1). A distribuição entre os estados mostra que a Bahia se destaca com onze cidades, seguido pelo Maranhão com seis. Por sua vez, tanto o Ceará quanto o Pernambuco contam com quatro; Paraíba possui duas; e Piauí, Rio Grande do Norte e Alagoas possuem uma. Através desse critério Sergipe não apresenta nenhuma cidade média localizada no interior, resultado que nos faz refletir, mais uma vez, e indagar sobre o tamanho populacional na definição de cidade média.

O fluxo migratório foi definido a partir de três recortes espaciais:

- i) **inter-regional (longa distância)** - envolve a imigração e emigração entre as cidades médias do interior do Nordeste e as cidades (de todos os portes) das quatro grandes regiões (Norte, Sul, Sudeste e Centro-Oeste);
- ii) **intrarregional (média distância)** - envolve a imigração e emigração entre as cidades médias do interior do Nordeste e as cidades (de todos os portes) da própria região;
- iii) **intraestadual (curta distância)** - envolve a imigração e emigração entre as cidades médias do interior do Nordeste e as cidades (de todos os portes) do estado que fazem parte.



Mapa 1: Localização das Cidades Médias do Interior do Nordeste

Para o alcance dos objetivos propostos os microdados do censo demográfico 2010, levantado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é a principal fonte de informação.

Definições Adotadas no Estudo

Migrante inter-regional – indivíduo com cinco anos ou mais de idade que, na data de referência do Censo Demográfico, residia em uma cidade média do interior da região Nordeste, mas em uma data fixa (exatamente cinco anos antes do recenseamento) morava em outra cidade de outra região.

Migrante intrarregional – indivíduo com cinco anos ou mais de idade que, na data de referência do Censo Demográfico, residia em uma cidade média do interior da região Nordeste, mas em uma data fixa (exatamente cinco anos antes do recenseamento) morava em outra cidade da mesma região.

Migrante intraestadual – indivíduo com cinco anos ou mais de idade que, na data de referência do Censo Demográfico, residia em uma cidade média do interior de algum estado da região Nordeste, mas em uma data fixa (exatamente cinco anos antes do recenseamento) morava em outra cidade do mesmo estado.

Saldo migratório – diferença entre o total de imigrante e o de emigrante.

Cidade média – possui entre 100.000 e 500.000 habitantes

Matriz Migratória

A matriz migratória inter-regional, intrarregional e intraestadual pode ser sintetizada da seguinte forma:

$$A = \begin{bmatrix} a_{11} & \dots & a_{1j} \\ \vdots & \ddots & \vdots \\ a_{j1} & \dots & a_{jj} \end{bmatrix} \quad (1)$$

A_{ij} = saída do migrante da área i para área j ;

$$\sum_{j=1}^n a_{1j} = \text{total de pessoas que emigram (saída) das áreas } i \text{ para as áreas } j.$$

$$\sum_{i=1}^n a_{i1} = \text{total de pessoas que imigram (entrada) das } j \text{ áreas para as } i \text{ áreas.}$$

$$a_{11} = a_{22} = a_{33} = \dots = a_{jj} = 0$$

Com os resultados da matriz é possível calcular o volume de imigrante, emigrante, saldo migratório, Migração Bruta (MB) e a Taxa de Migração Líquida (TML).

A Migração Bruta (MB) representa todos os movimentos de entrada (imigração) e de saída (emigração) de migrantes/pessoas de uma determinada área. É dado pela soma entre o total de imigrante e de emigrante (I+E).

$$MB = I + E \quad (2)$$

Outro indicador adotado é a Taxa de Migração Líquida (TML) que mostra o peso da migração (imigração e emigração) sobre o crescimento da população de uma área. A TML é dada pela razão entre o saldo migratório (SM) e a população observada no final do período (P_n).

$$TML = \frac{SM}{P_n} * 100 \quad (3)$$

RESULTADOS

Relevância na Atratividade Migratória das Cidades Médias do Interior do Nordeste

Procurando alcançar o principal objetivo desse estudo, essa seção busca saber a relevância das cidades médias do interior do Nordeste na atratividade de migrantes e, com isso, o seu papel na redistribuição espacial da população e amortecimento do crescimento de outras áreas. A Tabela 3 mostra o volume da migração de longa (inter-regional), média (intrarregional) e curta distância (intraestadual) para as trinta cidades que fazem parte do escopo desse trabalho, no interregno 2005/2010.

Através da migração bruta fica evidente a relevância da migração de curta distância para as cidades médias do interior do Nordeste, dado que a maior circulação de imigrante e de emigrante tem origem e destino estadual. Isso mostra que as pessoas, cada vez mais, 'se resolvem' nos seus próprios estados, praticam mais a migração intraestadual (63,44%) e menos a inter-regional (25,03%) e intrarregional (11,53%).

Tabela 3 – Volume da migração de longa (inter-regional), média (intrarregional) e curta distância (intraestadual) – Cidades médias do interior do Nordeste – 2005/2010

Fluxo	Imigrante	Emigrante	Saldo Migratório	Migração Bruta		Taxa de Migração Líquida
				Absoluto	(%)	
Migração Inter-regional	81.465	160.898	-79.433	242.363	25,03	-1,49
Migração Intrarregional	59.794	51.856	7.938	111.650	11,53	0,15
Migração Intraestadual	328.304	286.097	42.207	614.401	63,44	0,79

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Contudo, essas cidades apresentam saldo migratório negativo no caso do fluxo de longa distância (inter-regional) e positivo com o intrarregional e especialmente com o intraestadual. Portanto, constata-se a permanência das tradicionais perdas populacionais para fora da região, sendo amortizadas pela migração de curta e média distância. A taxa de migração líquida comprova esse resultado, pois caso não tivesse acontecido a migração de longa distância (inter-regional) entre 2005/2010, a população das cidades médias em análise seria maior em 1,49%. Entretanto, a migração de curta e média distância contrabalança essa perda, pois sem a atratividade desses dois fluxos o crescimento populacional das referidas cidades seria menor em 0,94%.

Rumos: O fluxo de longa distância (inter-regional)

Procurando saber em detalhes quais são os rumos ou cidades atrativas e expulsoras de população, a Tabela 4 traz a migração de longa distância (inter-regional) que revela perda para o conjunto delas, dado que somente Mossoró (RN) e Caruaru (PE) apresentam saldo migratório positivo. É preciso frisar que essas cidades não se destacam pela quantidade de migrantes inter-regionais (entrada e saída), pois possuem uma migração bruta pequena quando comparado a maioria das cidades. Entretanto, são áreas de retenção, porque o volume de imigrante supera o de emigrante lhes proporcionando ganho populacional.

Tabela 4 – Migração inter-regional do e para as cidades médias no interior do Nordeste – 2005/2010

UF	Cidade	Imigrante	Emigrante	Saldo Migratório	Migração Bruta	Taxa de Migração Líquida
MA	Açailândia	3.154	6.614	-3.460	9.768	-3,33
MA	Bacabal	1.041	4.172	-3.131	5.213	-3,13
MA	Caxias	2.140	5.600	-3.460	7.740	-2,23
MA	Codó	1.220	6.865	-5.645	8.085	-4,78
MA	Imperatriz	7.599	18.772	-11.173	26.371	-4,51
MA	Timon	1.594	3.220	-1.626	4.814	-1,05
PI	Parnaíba	3.331	3.781	-450	7.112	-0,31
CE	Crato	1.554	2.585	-1.031	4.139	-0,85
CE	Itapipoca	688	1.041	-353	1.729	-0,30
CE	Juazeiro do Norte	2.898	4.160	-1.262	7.058	-0,50
CE	Sobral	1.037	2.357	-1.320	3.394	-0,70
RN	Mossoró	2.410	1.791	619	4.201	0,24
PB	Campina Grande	4.362	6.768	-2.406	11.130	-0,62
PB	Patos	1.415	1.625	-210	3.040	-0,21
PE	Caruaru	2.975	2.435	540	5.410	0,17
PE	Garanhuns	2.033	4.280	-2.247	6.313	-1,74
PE	Petrolina	3.092	4.584	-1.492	7.676	-0,51
PE	Vitória de Santo Antão	1.136	1.733	-597	2.869	-0,46
AL	Arapiraca	2.260	5.870	-3.610	8.130	-1,69
BA	Alagoinhas	796	1.824	-1.028	2.620	-0,72
BA	Barreiras	3.825	5.910	-2.085	9.735	-1,52
BA	Eunápolis	3.334	4.046	-712	7.380	-0,71
BA	Ilhéus	3.957	10.738	-6.781	14.695	-3,68
BA	Itabuna	2.581	9.618	-7.037	12.199	-3,44
BA	Jequié	2.057	5.705	-3.648	7.762	-2,40
BA	Juazeiro	1.533	3.980	-2.447	5.513	-1,24
BA	Paulo Afonso	1.519	4.571	-3.052	6.090	-2,82
BA	Porto Seguro	4.167	7.839	-3.672	12.006	-2,89
BA	Teixeira de Freitas	5.832	7.153	-1.321	12.985	-0,95
BA	Vitória da Conquista	5.925	11.261	-5.336	17.186	-1,74
	Total	81.465	160.898	-79.433	242.363	-1,49

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Mossoró é a maior e a única cidade média localizada no interior do Rio Grande do Norte, a capacidade de atrair migrante, em certa medida, relaciona-se com o tamanho populacional, mas esse indicador é insuficiente para tal explicação. O processo de ocupação, povoamento, localização geográfica, características físicas, formação e desenvolvimento econômico têm muito mais a nos dizer. Em termos geográficos Mossoró é bem localizada, praticamente equidistante de Natal (280 km) e de Fortaleza (245 km), duas capitais do Nordeste. Além de uma posição geográfica privilegiada, conta com um solo e características físicas que lhe permite extrair sal, petróleo e ser referência na fruticultura irrigada brasileira, com a produção de melão, impulsionando fortemente sua economia (Rocha, 2005) e atração de migrantes de outras regiões, do próprio Nordeste e do Rio Grande do Norte (Tabelas 4, 5 e 6).

Conhecida como a capital do Agreste Pernambucano, Caruaru é referência pela representatividade econômica no estado (sexto maior PIB), tipifica como centro dinâmico na região no qual está inserida, com grande poder de polarização no seu entorno (SILVA; TORRES; ROCHA, p.13, 2014). Muito bem localizada, somente a 130 km do Recife e de outras capitais do Nordeste (200 km de Maceió e 250 km de João Pessoa), e a 150 km de Campina Grande (PB). Na indústria o destaque é o setor têxtil, além de contar com um comércio intenso e diversificado, referência em todo o Nordeste através da Feira de Caruaru, que vende produtos importados (Paraguai), artigos de outros estados (São Paulo) e da própria região (Cachoeirinha e Santa Cruz do Capibaribe). São comercializados artefatos de couro (calçados e bolsas), vestuário, bordado e renda, artesanato de barro, entre outras infinidades de produtos, com alta capacidade de geração de empregos, atraindo migrantes, especialmente retornados (LYRA, 2005).

Quanto as perdas populacionais, o saldo migratório negativo do fluxo inter-regional (-79.433) foi puxado pelas cidades médias situadas na Bahia (46,73%) e no Maranhão (35,87%) que, conjuntamente, são responsáveis por cerca de 83%. Quanto a Taxa de Migração Líquida (TML) se sobressaem as cidades do Maranhão, sendo exceção Timon (MA). Codó (MA), por exemplo, é a cidade com maior TML negativa, isso significa que proporcionalmente a sua população residente foi a que mais perdeu habitantes devido a migração. Assim, notadamente as cidades médias desses dois estados mantêm as tradicionais correntes migratórias para as regiões mais distantes. E dentre as cidades, Imperatriz apresenta o maior saldo negativo (-11.173) que, sozinha, supera as perdas das cidades de três estados (Ceará, Paraíba e Pernambuco).

Imperatriz é bem localizada, cortada pela rodovia federal Belém-Brasília que, durante a sua construção, no final da década de 1950, atraiu migrantes do próprio estado, diversas partes do país, com destaque para o Nordeste, devido as terras devolutas propícias para a plantação de arroz (década de 1950), e outras atividades, como a extração de madeira (década de 1970) e o ciclo do ouro (anos 1980) (LIMA JÚNIOR et al., 2014). Mas em anos recentes passa por um processo de perda populacional, devido o desenvolvimento de outras regiões, desativação dos garimpos que estimulou a migração de retorno e o desmembramento de nove municípios ao longo da sua história (CARVALHO, 2016).

Esse resultado é ratificado pela Tabela 2 que mostra a taxa de crescimento anual da população de Imperatriz abaixo da média das cidades em estudo e, inclusive, inferior à média do Brasil e do Nordeste. Por sua vez, a migração bruta revela que Imperatriz é a cidade mais movimentada dentre as trinta em análise, por onde circulam mais migrantes de longa distância, todavia o volume de saídas supera o de entradas. Assim, a sua TML nos diz que se não houvesse essa perda, a população seria maior em 4,51%.

Rumos: O fluxo de média distância (intrarregional)

Dentre os três fluxos em estudo, o intrarregional (na região Nordeste) ou migração de média distância envolve menos pessoas, havendo uma predileção pelo movimento de longa e especialmente de curta distância (Tabela 3). Entre 2005/2010, o volume de pessoas que imigraram e emigraram no Nordeste, do e para as trinta cidades médias do interior da

referida região foi de 116.650 pessoas (Tabela 5), o que equivale a 11,53% de todo o movimento dessas cidades (Tabela 3).

Tabela 5 – Migração intrarregional do e para as cidades médias do interior do Nordeste – 2005/2010

UF	Cidade	Imigrante	Emigrante	Saldo Migratório	Migração Bruta	Taxa de Migração Líquida
MA	Açailândia	657	347	310	1.004	0,30
MA	Bacabal	470	577	-107	1.047	-0,11
MA	Caxias	1146	1.335	-189	2.481	-0,12
MA	Codó	385	747	-362	1.132	-0,31
MA	Imperatriz	1.375	1.435	-60	2.810	-0,02
MA	Timon	3.970	2.240	1.730	6.210	1,11
PI	Parnaíba	2.868	2.688	180	5.556	0,12
CE	Crato	2.024	1.341	683	3.365	0,56
CE	Itapipoca	69	71	-2	140	0,00
CE	Juazeiro do Norte	3.856	3.162	694	7.018	0,28
CE	Sobral	385	613	-228	998	-0,12
RN	Mossoró	4.888	2.216	2.672	7.104	1,03
PB	Campina Grande	4.786	5.097	-311	9.883	-0,08
PB	Patos	1.310	1709	-399	3.019	-0,40
PE	Caruaru	2.937	2849	88	5.786	0,03
PE	Garanhuns	1.354	2.206	-852	3.560	-0,66
PE	Petrolina	10.930	6.633	4.297	17.563	1,46
PE	Vitória de Santo Antão	352	457	-105	809	-0,08
AL	Arapiraca	2.285	2.672	-387	4.957	-0,18
BA	Alagoinhas	641	1.063	-422	1.704	-0,30
BA	Barreiras	884	576	308	1.460	0,22
BA	Eunápolis	263	209	54	472	0,05
BA	Ilhéus	321	695	-374	1.016	-0,20
BA	Itabuna	393	800	-407	1.193	-0,20
BA	Jequié	304	290	14	594	0,01
BA	Juazeiro	5.455	4.748	707	10.203	0,36
BA	Paulo Afonso	4.355	4.051	304	8.406	0,28
BA	Porto Seguro	249	223	26	472	0,02
BA	Teixeira de Freitas	285	284	1	569	0,00
BA	Vitória da Conquista	597	522	75	1.119	0,02
Total		59.794	51.856	7.938	111.650	0,15

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Entretanto, diferente do fluxo inter-regional (longa distância), as cidades em estudo são mais atrativas com a migração de média distância (entre as cidades do Nordeste). Em nível estadual, os destaques foram: Timon (MA), Parnaíba (PI), Crato (CE), Mossoró (RN), Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). Mas no Nordeste, dentre estas cidades, Petrolina é a referência, por onde circulam mais migrantes (17.563) e, ao mesmo tempo, consegue mantê-los, sendo a mais atrativa (4.297), e proporcionalmente a sua população residente é a que mais ganha habitantes em função da migração (1,46%).

Petrolina, localizada no Submédio do Vale do São Francisco, desde a década de 1970, com o II PND e outros planos do governo federal e estadual que o sucederam, recebe

expressivos investimentos públicos, inicialmente voltados para a agricultura irrigada, com impactos em termos econômicos e sociais na área agrícola e urbana. O solo e o clima da região são propícios para a fruticultura, mas o baixo nível de precipitações pluviométricas é um fator limitante, sendo sanado pelas águas do Rio São Francisco. Esses elementos foram indutores de investimentos privados, atração de indústrias de transformações que impulsionou o comércio e os serviços, gerando emprego e renda não somente no meio rural como também no urbano (Sobel; Ortega, 2007; Pereira, 2012), sendo um local de destino para migrantes da própria região (Tabela 5).

É preciso frisar que Mossoró (RN) novamente se destaca ao apresentar o segundo maior saldo migratório positivo no fluxo de média distância (Tabela 5) e o maior na migração de longa, conforme constatado na Tabela 4. As suas características físicas/solo (extração de minérios - petróleo e sal marinho; produção de frutas tropicais), posição geográfica (possui praias e está relativamente próxima de Natal e de Fortaleza), posiciona-se bem nos indicadores econômicos e demográficos (IDH-M elevado, o terceiro do Rio Grande do Norte), boa infraestrutura: aeroporto, rodovias importantes, Universidades públicas (UERN e UFERSA) e privada, Instituto Federal (IFRN), têm efeito positivo sobre a geração de empregos e relevância na atração de migrantes de longa e média distância.

Na contramão da atratividade intrarregional, as duas cidades médias da Paraíba (Campina Grande e Patos) e a única desse porte em Alagoas (Arapiraca) foram todas de perda populacional, sem apresentar relevância ou ser referência de moradia para aqueles que migram no Nordeste (Tabela 5). No fluxo de longa distância (Tabela 4) essas mesmas cidades se caracterizam por perdas de migrantes e Campina Grande também apresenta saldo negativo no fluxo intraestadual (Tabela 6). Portanto, não é somente o tamanho populacional ou ser classificada como cidade média que a torna atrativa. A cidade pode não possuir o número de habitantes suficientes para tal classificação, mas se exercer esse papel onde está inserida, isso deve ser levado em consideração, conforme aponta Dantas (2014) para o caso de Pau dos Ferros no Rio Grande do Norte.

A falta de atratividade migratória de Campina Grande chama atenção, isto porque, das trinta cidades em estudo, a mesma é a mais populosa, mas apresenta taxa de crescimento populacional bem abaixo da média das cidades em análise, com relação ao Brasil e ao Nordeste (Tabela 2). Ademais, apesar de se posicionar em segundo posto no tocante a participação na economia, população e geração de empregos na Paraíba (Mendes, et al., 2012), ser bem localizada (próxima da capital João Pessoa - 130 km; de Caruaru - 149 km; e do Recife - 260 km), contar com aeroporto, Universidades públicas (UFGC e UEPB) e privadas, centro comercial e urbano desenvolvido, com influência na região, não é referência de destino para os migrantes nos três recortes espaciais abordados, tipificando como área de expulsão, apesar de apresentar características e indicadores que são de atração populacional.

Parece que por estar próxima de capitais (João Pessoa e Recife) e de uma cidade importante (Caruaru-PE), a mais atrativa de população no interior do Nordeste, a mesma não se sobressai, não atrai migrantes, permanecendo as clássicas perdas, ainda que em menor volume, conforme constatado em outro estudo (Moreno; Targino; Queiroz, 2016),

mantendo o resquício histórico de ‘terra de arribação’ (TARGINO, 1978), merecendo uma pesquisa mais aprofundada.

Rumos: O fluxo de curta distância (intraestadual)

Com relação ao fluxo de curta distância, o mesmo ganha notoriedade a partir da década de 1980, quando a migração de longa distância com origem massiva da região Nordeste e de Minas Gerais para o Sudeste perde intensidade (Brito, 1999), tendência que se manteve nos anos 1990 e 2000 (Nunes; Silva; Queiroz, 2017), e de maneira concomitante constata-se o aumento no volume da migração de curta distância e/ou intraestadual (DOTA; QUEIROZ, 2018).

Tabela 6 – Migração intraestadual do e para as cidades médias do interior do Nordeste – 2005/2010

UF	Cidade	Imigrante	Emigrante	Saldo Migratório	Migração Bruta	Taxa de Migração Líquida
MA	Açailândia	7.479	7.388	91	14.867	0,87
MA	Bacabal	4.859	6.703	-1.844	11.562	-1,84
MA	Caxias	6.294	6.961	-667	13.255	-0,43
MA	Codó	4.540	4.675	-135	9.215	-0,11
MA	Imperatriz	14.767	15.550	-783	30.317	-0,32
MA	Timon	4.306	3.773	533	8.079	0,34
PI	Parnaíba	6.019	5.279	740	11.298	0,51
CE	Crato	6.497	5.128	1.369	11.625	1,13
CE	Itapipoca	6.374	6.496	-122	12.870	-0,11
CE	Juazeiro do Norte	13.711	11.254	2.457	24.965	0,98
CE	Sobral	12.035	9.341	2.694	21.376	1,43
RN	Mossoró	14.455	12.165	2.290	26.620	0,88
PB	Campina Grande	14.017	17.314	-3.297	31.331	-0,86
PB	Patos	6.209	6.067	142	12.276	0,14
PE	Caruaru	25.437	14.438	10.999	39.875	3,49
PE	Garanhuns	8637	7.965	672	16.602	0,52
PE	Petrolina	22.589	14.526	8.063	37.115	2,74
PE	Vitória de Santo Antão	7.020	7.298	-278	14.318	-0,21
AL	Arapiraca	12.723	10.245	2.478	22.968	1,16
BA	Alagoinhas	7.717	10.061	-2.344	17.778	-1,65
BA	Barreiras	11.381	9.264	2.117	20.645	1,54
BA	Eunápolis	10.504	8.955	1.549	19.459	1,55
BA	Ilhéus	13.863	14.025	-162	27.888	-0,09
BA	Itabuna	14.735	15.924	-1189	30.659	-0,58
BA	Jequié	8701	8.469	232	17.170	0,15
BA	Juazeiro	10.445	8.427	2.018	18.872	1,02
BA	Paulo Afonso	4.717	4.579	138	9.296	0,13
BA	Porto Seguro	15.889	10.640	5.249	26.529	4,14
BA	Teixeira de Freitas	13.148	8.373	4.775	21.521	3,45
BA	Vitória da Conquista	19.236	14.814	4.422	34.050	1,44
Total		328.304	286.097	42.207	614.401	0,79

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Sendo assim, a Tabela 6 ratifica essa dinâmica para a maioria das cidades médias do interior nordestino, dado que elas são marcadas por intenso volume de pessoas (614.401 ou 63,44% do fluxo) e retenção das mesmas (42.207), sendo referência ou local de destino para os migrantes de curta distância que ‘decidiram’ migrar no próprio estado, especificamente para as cidades medianas, e não praticar a migração de longa distância, movimento típico das décadas de 1950, 1960 e 1970 e que, apesar de ainda ser relevante, desde a década de 1980 perde intensidade (CUNHA; BAENINGER, 2001).

Em termos de cidades, Caruaru e Petrolina, ambas no Pernambuco, despontam com os maiores saldos positivos, resultados estes já justificados a partir do desempenho de Caruaru no fluxo inter-regional e Petrolina no fluxo intrarregional. Ademais, de acordo com o estudo de Julião, Rocha e Silva (2018) ‘[...] Caruaru, na mesorregião do Agreste, e Petrolina, na mesorregião do São Francisco, são os municípios do interior do estado de Pernambuco que mais empregam trabalhadores formais [migrantes e não migrantes]’.

Mas a Tabela 6 também mostra que a maioria dos estados possuem cidades influentes, dinâmicas e atrativas de migrantes que, em certa medida, amortecem a concentração populacional nas regiões metropolitanas e descentralizam para o interior. No Maranhão tem Açailândia e Timon; Piauí tem Parnaíba; Ceará tem Sobral, Juazeiro do Norte e Crato; Paraíba figura com Patos; Alagoas tem Arapiraca; Bahia tem Barreiras, Eunápolis, Jequié, Juazeiro, Paulo Afonso, Porto Seguro, Teixeira de Freitas e Vitória da Conquista.

A literatura especializada aponta que a grande maioria dessas cidades sempre foram referências nos seus estados, ao polarizarem municípios no seu entorno e em alguns casos extrapolarem o limite estadual, através de um comércio desenvolvido e um setor de serviços diversificado (CORRÊA, 1995; OLIVEIRA et al., 2005, 2007; IBGE, 2008). Mas o grande impulso é recente, a partir dos anos 2000, com investimentos do governo federal, estadual e do setor privado que alavancou as cidades médias interioranas do Nordeste (PEREIRA; MORAES; OLIVEIRA, 2017). Aeroportos, novas rodovias, ferrovias, instituições de ensino, hospitais regionais, shopping centers, empreendimentos imobiliários de diversos portes, aliado a uma melhor qualidade de vida, menor custo de vida e oportunidades de trabalho, estudo, saúde e lazer, atrai migrantes para as cidades médias no próprio estado.

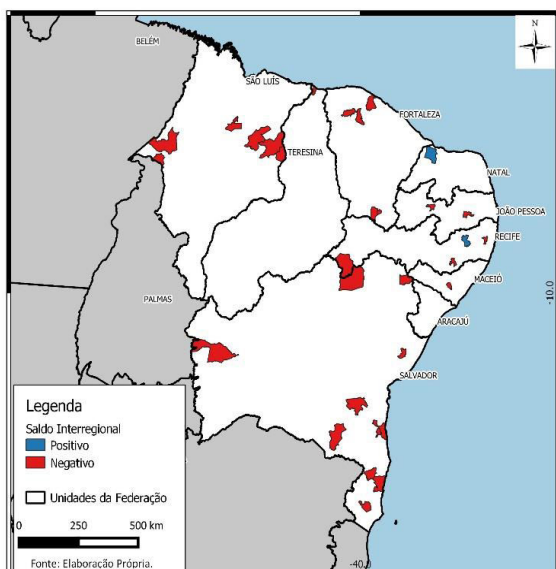
Principais cidades de origem e de destino

A partir da soma do saldo migratório dos três fluxos (inter-regional, intrarregional e intraestadual) evidencia-se que as principais cidades de destino ou mais atrativas estão no estado de Pernambuco (Caruaru e Petrolina) e do Rio Grande do Norte (Mossoró). Por sua vez, as cidades de origem ou que mais perdem população estão no Maranhão (Imperatriz) e na Bahia (Itabuna e Ilhéus).

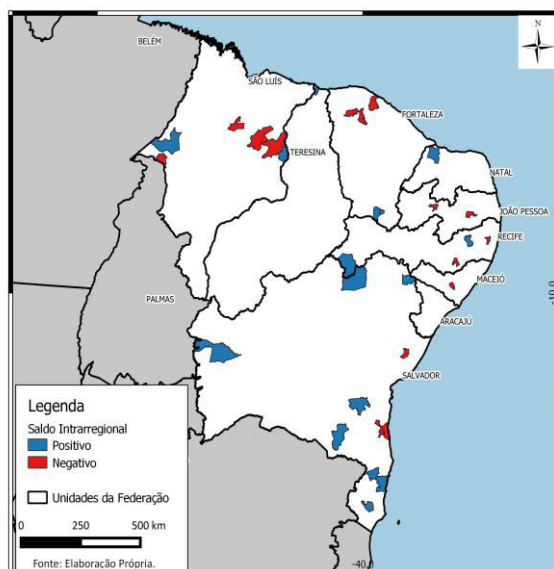
Entretanto, existem especificidades, onde somente Caruaru (PE) e Mossoró (RN) figuram com saldo migratório positivo nos três fluxos (Mapas 2, 3 e 4). Na outra ponta há dez cidades com saldo negativo nos três fluxos (Mapas 2, 3 e 4), sendo elas no Maranhão (Bacabal, Caxias, Codó e Imperatriz), Ceará (Itapipoca), Paraíba (Campina Grande), Pernambuco (Vitória de Santo Antão) e Bahia (Alagoinhas, Ilhéus e Itabuna). Portanto, não

adianta ser classificada como cidade média segundo o critério do tamanho populacional e não ser referência e/ou atrativa na região onde está inserida. As palavras de Pereira, Moraes e Oliveira (p.14, 2017) corroboram tal afirmação discutida ao longo do trabalho: ‘A importância das cidades médias no cenário brasileiro se deve mais por sua situação geográfica do que pelo seu tamanho demográfico’.

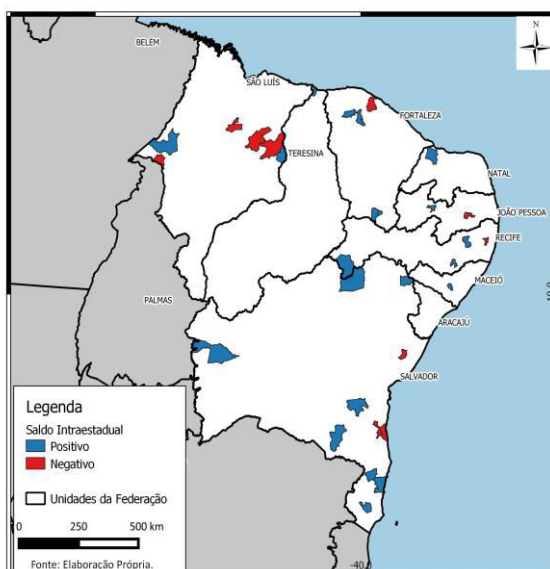
Mapa 2



Mapa 3



Mapa 4



Mapas 2, 3 e 4: Saldo migratório inter-regional (longa distância), intrarregional (média distância) e intraestadual (curta distância) positivo ou negativo – Cidades médias do interior do Nordeste – 2005/2010

Apesar das perdas para o fluxo de longa distância, dezesseis cidades no fluxo intrarregional (Mapa 3) e vinte no intraestadual (Mapa 4) possuem saldo migratório positivo, mostrando a relevância onde estão inseridas. Além disso, quatorze têm saldo positivo em dois fluxos (intrarregional e intraestadual), sendo elas: Açailândia (MA), Timon (MA), Parnaíba (PI), Crato (CE), Juazeiro do Norte (CE), Petrolina (PE), Barreiras (BA), Eunápolis (BA), Jequié (BA), Juazeiro (BA), Paulo Afonso (BA), Porto Seguro (BA), Teixeira de Freitas (BA) e Vitória da Conquista (BA).

Um dado interessante observado nos Mapas 2, 3 e 4, e através da revisão bibliográfica, é que das trinta cidades médias interioranas do Nordeste, onze são limítrofes: Crato faz limite com Juazeiro do Norte no Ceará; Petrolina e Juazeiro entre os estados do Pernambuco e da Bahia, separadas pelo Rio São Francisco e uma ponte; Caxias e Timon no Maranhão; Caxias com Codó no Maranhão; Ilhéus e Itabuna na Bahia; Porto Seguro e Eunápolis também na Bahia, formando seis áreas conurbadas. Quanto à migração, nove cidades conurbadas apresentam saldo positivo nos fluxos intrarregional e intraestadual, sendo exceção à conurbação Caxias-Codó que tem saldo negativo nos três fluxos estudados.

Diante desse quadro, é importante que as prefeituras tenham e conheçam o plano diretor de cada cidade, possuam uma agenda com objetivos em comum e se articulem para maximizar os recursos públicos, atrair empresas, gerar empregos, criar universidades, hospitais, investir em transporte público e mobilidade urbana, para uma melhor integração e, com isso, melhorar a vida da população local e daqueles que migraram e decidiram morar nessas cidades (conurbadas) e nas outras que também integram o interior do Nordeste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a partir da década de 1980, com os resultados do Censo Demográfico de 1991, a literatura especializada evidencia um rápido e intenso crescimento no número de cidades classificadas como média. A novidade é que as mesmas estavam localizadas não somente nas capitais e no litoral, mas em áreas distantes, no interior de inúmeros estados, alcançando também o interior da região Nordeste que, em 2010, possui trinta cidades com população de 100 até 500 mil habitantes.

Diante desse cenário, o presente estudo teve como objetivo principal analisar a migração inter-regional (longa distância), intrarregional (média distância) e intraestadual (curta distância) do e para as cidades médias do interior do Nordeste e saber quem ganha ou perde migrante e/ou são relevantes ou não na atratividade populacional. Ademais, procurou-se refletir sobre o conceito de cidade média adotado no Brasil, notadamente demográfico/quantitativo, baseado no tamanho populacional.

Por meio da revisão bibliográfica e dos dados expostos ao longo do trabalho constatou-se que a dimensão populacional é insuficiente para definir cidade média em um país com realidades distintas em diversos aspectos. Portanto, é preciso identificar novos elementos no planejamento urbano e regional, geografia urbana e física, economia regional

e urbana, e sociologia urbana para dar sentido ao conceito de cidade média, seja em áreas metropolitanas, entorno metropolitano ou no interior das Unidades da Federação.

Inicialmente constatou-se o aumento no número de cidades médias no interior nordestino que passou a concentrar um contingente humano cada vez maior nessas localidades. Essa tendência é devido à redistribuição espacial da atividade econômica pelo país, saturação dos grandes centros, encarecimento desses espaços/terra e da mão-de-obra, conjugado com a interiorização dos investimentos públicos e privados (educação, saúde, habitação e infraestrutura), melhor qualidade de vida e menor custo de vida.

Quanto aos fluxos, de maneira resumida, os resultados revelam dois grandes rumos nas migrações do e para as cidades médias do interior do Nordeste: i) de um lado, aponta para a manutenção de perdas populacionais históricas ou tradicionais, quando o fluxo é de longa distância (inter-regional), que extrapolam o limite geográfico do Nordeste, sendo exceção Mossoró (RN) e Caruaru (PE); e ii) de outro lado, mostra ganho populacional para mais da metade das cidades quando o fluxo é de média (intra-regional) e de curta distância (intra-estadual), dentro do limite regional e notadamente estadual, mostrando a relevância dessas cidades enquanto arrefecedora da concentração populacional nos grandes centros urbanos e o papel de redistribuir pelo interior do Nordeste.

Entretanto, é preciso um olhar mais micro e pontual, contudo, mais rico em especificidades e detalhes sobre essas cidades. Nesse sentido, Caruaru (PE), Petrolina (PE) e Mossoró (RN) são os principais rumos/destinos e referências na atração de migrantes no interior do Nordeste. Por sua vez, cidades importantes como Imperatriz (MA), Itabuna e Ilhéus (conurbação-BA) são exemplos de perda. Mas a grande maioria se sobressai e mostra relevância na atração e manutenção de migrantes (Teixeira de Freitas e Porto Seguro na Bahia; Juazeiro do Norte-Crato (conurbação) e Sobral no Ceará, entre outras), ratificando a importância no processo de interiorização da população. Tais cidades, em sua maioria, são dinâmicas e influentes nos seus espaços, ao concentrar um comércio e setor de serviço amplo e diversificado, oportunidades de trabalho e de estudo, contar com boa infraestrutura e áreas de lazer, sendo referências nos seus estados, ao polarizarem municípios no seu entorno e em alguns casos extrapolam o limite estadual.

Assim, estamos diante de antigas e novas tendências nas migrações nordestinas, no qual ganha destaque o papel das cidades médias do interior de cada estado na atração de migrantes a partir do fluxo de curta e de média distância que contrabalançam a perda para o fluxo de longa distância que, paulatinamente, se arrefece. Portanto, têm-se ao mesmo tempo duas forças, uma de atração que ganha relevância e outra de expulsão que perde, aos poucos, o fôlego. Sendo esta dinâmica uma novidade, dado que até a década de 1980 prevaleceu somente à força de expulsão, caracterizando o Nordeste como 'terra de arribação', mas na primeira década do século XXI essa força diminui a intensidade, com as cidades médias exercendo o papel de catalisar e ampliar os espaços das migrações brasileiras pelo interior do Nordeste.

REFERÊNCIAS

ACIOLY, Claudio; DAVIDSON, Forbes. Densidade Urbana - Um instrumento de planejamento e gestão urbana. 2ª Edição 2011. Editora: Mauad.

ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião. Semi-Árido, Fome e Pobreza: a falta de foco nas estratégias de desenvolvimento para o Nordeste. In: SEMINÁRIO ESPECIAL FOME E POBREZA. Rio de Janeiro. Instituto Nacional de Altos Estudos.2003.

ARAÚJO, Juliana Bacelar de. Mercado de trabalho e desigualdade: o Nordeste brasileiro nos anos 2000. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas-SP, 2017.

BACELAR, Tania. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In: GUIMARÃES, Paulo Ferraz et al. (Org.). Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014. p. [540]-560.

_____. Nordeste, Nordestes: que Nordeste? Recife: Fundaj, 2002. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1956%3Anordeste-nordestes-que-nordeste-&catid=58&Itemid=414>. Acesso em 10 set. 2018.

BAENINGER, Rosana. Região, MetrÓpole e Interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migraçÓes recentes - Brasil, 1980-1996. Campinas, 1999. 243f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

BRITO, Fausto. Minas e o Nordeste, perspectivas migratórias dos dois grandes reservatórios de força de trabalho. II Encontro Nacional de Migração, ABEP/GT de Migração, 1999.

CARVALHO, Sheryda Lila de Souza. Autosegregação urbana em Imperatriz/MA: um estudo a partir dos condomínios horizontais do bairro Santa Inês. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Nacional, TO: UFT, 2016.

CONTE, Cláudia Heloiza. Cidades Médias: Discutindo o Tema. Sociedade e TerritÓrio, v. 25, p. 45-61, 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. Identificação dos centros de gestão do território no Brasil. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, v. 57, n. 1, p. 83-102, jan./mar. 1995. Disponível em: Acesso em: out. 2018.

COSTA, Eduarda Marques. Cidades médias: contributos para a sua definição. Finisterra, Lisboa v. 37, n.74, p.101-128, 2002.

CUNHA, José Marcos Pinto da; BAENINGER, Rosana. A Migração nos Estados Brasileiros no Período Recente: principais tendências e mudanças. Bahia Análise & Dados, Salvador - Bahia, v. 10, p. 79-106, 2001.

DANTAS, Joseney Rodrigues de Queiroz. As cidades médias no desenvolvimento regional: um estudo sobre Pau dos Ferros (RN). Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Natal-RN, 2014.

_____; CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda.; FRANÇA, Rosana Silva de.. A cidade média interiorizada: Pau dos Ferros no desenvolvimento regional. Revista Tecnologia e Sociedade (Online), v. 11, p. 129-148, 2015.

DOTA, Ednelson Mariano; QUEIROZ, Silvana Nunes de. Migração interna em tempos de crise no Brasil. In: XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP), 2018, Poços de Caldas. População, Sociedade e Políticas: desafios presentes e futuros, 2018.

FUSCO, Wilson; OJIMA, Ricardo . Nordeste do Brasil: interiorização do ensino superior e mobilidade pendular. In: VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2016, Foz do Iguaçu.

IBGE. Regiões de influência das cidades 2007. Rio de Janeiro, 2008.

JULIÃO, Cláudia César Batista; ROCHA, de Moraes Rocha; SILVA, Everlândia de Souza. Migração e seleção: evidências para Pernambuco com dados em painel. In: III ENCONTRO DE ECONOMIA PERNAMBUCANA, 2014, Recife. Anais do III Encontro de Economia Pernambucana, 2014.

LIMA JUNIOR, José Vieira et al.. Ciclos econômicos: o processo de urbanização da cidade de Imperatriz a partir de 1852. XIV Encontro Latino Americano de Pós-graduação da Universidade do Vale do Paraíba, 2014.

LAJUGIE, Joseph; DELFAUD, Pierre; LACOUR, Claude. Espace régional et aménagement du territoire. Paris: Daloz, 1979.

MARANDOLA JÚNIOR., Eduardo. Cidades médias em contexto metropolitano: hierarquias e mobilidades nas formas urbanas. In: Rosana Baeninger. (Org.). População e cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais. 1ed.Campinas: Nepo.Unicamp, 2010, v., p. 187-207.

MARTINE, George; CAMARGO, Liscio. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 01, n. 01, pp. 99-144, janeiro/abril, 1984.

_____. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. Rio de Janeiro: IPEA/DIPES, texto para discussão n. 329, jan, 1994.

MENDES, Constantino Cronemberger; ARAÚJO JÚNIOR, Ignácio Tavares de ; FERNANDES, Ana Paola; LYRA, Diego Mendes; OLIVEIRA, Geraldo Lopes; OLIVEIRA, Carlos Gonçalo de.; SILVA, Neuma Benigno. A Paraíba no contexto nacional, regional e interno. Texto para Discussão (IPEA. Brasília), v. 1726, p. 1-80, 2012.

MORENO, Valdecir Teófilo; TARGINO, Ivan ; QUEIROZ, Silvana Nunes de . Fluxos migratórios paraibanos: síntese dos últimos 40 anos. OKARA: GEOGRAFIA EM DEBATE (UFPB), v. 10, p. 133-150, 2016.

NEGRI, Barjas. Desconcentração da indústria paulista nos últimos vinte anos (1970-1990). In: XX Encontro Nacional de Economia. Campos de Jordão: ANPEC, 1992.

NUNES, Erivelton de Souza; SILVA, João Gomes da; QUEIROZ, Silvana Nunes de. Migração inter-regional no Brasil: o que há de novo?. RDE. Revista de Desenvolvimento Econômico, v. 2, p. 388-407, 2017

OJIMA, Ricardo; MARANDOLA JR., Eduardo. Mobilidade populacional e um novo significado para as cidades: dispersão urbana e reflexiva na dinâmica regional não metropolitana. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR), v. 14, p. 103-116, 2012.

OLIVEIRA, E. X. G. et al. Perspectivas das pesquisas sobre regiões de influência das cidades. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 10., 2007, Florianópolis. X SIMPURB. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. 1 CD-ROM.

_____. Regiões de influência das cidades. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 6., 2005, Fortaleza. Livro de resumos. Fortaleza, 2005. p. 44.

OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de; SOARES, Beatriz Ribeiro . Cidade média: apontamentos metodológicos e tipologia. Caminhos de Geografia (UFU), v. 15, p. 119-133, 2014.

PEREIRA, William Eufrásio Nunes.; MORAES, Ana Cristina Santos. ; OLIVEIRA, Aline Alves. . Cidades médias do Nordeste: dinamismos e desafios no pós 1990. Gestão & Regionalidade (Online), v. 33, p. 5-22, 2017.

PEREIRA, Monica Aparecida Tomé. Fruticultura, emprego e migração: o caso da região de Petrolina-PE e Juazeiro-BA. Tese (Doutorado em Demografia). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas-SP, 2012.

QUEIROZ, Silvana Nunes de Queiroz; COSTA JUNIOR, Manoel Pedro. Diferenças e semelhanças entre os empregados na indústria formal de calçados no Ceará e no Rio Grande do Sul - 1994/2004. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, 2008, Caxambu-MG.

ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. Expansão Urbana de Mossoró: período de 1980 a 2004. Natal: EDUFRN, 2005. 292p.

SANTANA, Alessandro Fernandes et al. Uma breve história econômica de Ilhéus: gênese, apogeu e declínio da lavoura cacauzeira. In: IV Semana do Economista & IV Encontro de Egressos - Desafios do debate econômico: velhas e novas questões. Universidade Estadual de Santa Cruz. Departamento de Economia. Ilhéus-BA, 2014.

SILVA, Elton Kleber da; TORRES, Marina Monteiro ; ROCHA, Roberta de Moraes. Mobilidade Espacial Do Trabalhador: Uma Análise Para O Trabalhador Do Agreste Pernambucano. In: III ENCONTRO DE ECONOMIA PERNAMBUCANA, 2014, Recife. Anais do I I Encontro de Economia Pernambucana, 2014.

STEINBERGER, Marília.; BRUNA, Gilda Collet. Cidades médias: elos do urbano-regional e do público-privado. In: Thompson Almeida Andrade; Rodrigo Valente Serra. (Org.). Cidades médias brasileiras. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2001, v. 1, p. 35-77.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização. Formação, Presidente Prudente, n.6, p. 55-63, 1999.

SOBEL, Tiago Farias; ORTEGA, Antônio César. Evolução e situação atual do pólo Petrolina-Juazeiro: uma análise a partir dos indicadores socioeconômicos. 181 CONGRESSO DA SOBER "Conhecimentos para Agricultura do Futuro". 65, 2007, Londrina, Anais... Londrina, SOBER 2007.

SOUZA, M.V.M. et al. Reflexões sobre o conceito de cidade média e a configuração das estruturas comerciais varejistas e de serviços: o caso do bairro Planalto em Uberlândia (MG). In: X SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA. Anais... Florianópolis: UFSC, 2007. p. 01-21.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. Investigações Geográficas, México, UNAM, n.54, 2004.

TARGINO, Ivan. Nordeste: terra de arribação. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal de Pernambuco. Recife-PE, 1978.

VITTE, Claudete de Castro Silva.. Cidadania, qualidade de vida e produção do espaço urbano: desafios para a gestão urbana e para o enfrentamento da questão social. In: Rosana Baeninger. (Org.). População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais. Campinas: NEPO/Unicamp: Brasília: UNFPA, 2010, v. 1, p. 79-97.